

**ADRIANA SOUZA DE SIQUEIRA**

MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS  
DIREITO INTERNACIONAL



FACULDADE DE DIREITO  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

# **AS MEDIDAS REPARATÓRIAS NA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS**

Corte IDH  
Gestión de Información  
y Conocimiento



**AAEDL**  
EDITORA  
Lisboa  
2019

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>1. DA BASE NORMATIVA E ESTRUTURAL DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS</b> .....	21
<b>1.1 Do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Evolução histórico-normativa</b> .....	21
<b>1.2 Da Convenção Americana de Direitos Humanos</b> .....	29
<b>1.2.1 Convenção Americana de Direitos Humanos. Contextualização</b> .....	29
<b>1.2.2. Da Convenção Americana de Direitos Humanos. Especificidades interpretativas</b> .....	33
<b>1.2.3 Da Convenção Americana de Direitos Humanos. Estrutura orgânica</b> .....	43
<b>1.2.3.1. Da Comissão Interamericana de Direitos Humanos</b> .....	43
<b>1.2.3.2. Da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Composição. Funções consultiva e contenciosa</b> .....	48
<b>2. DAS MEDIDAS REPARATÓRIAS NO SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTECAO DE DIREITOS HUMANOS</b> .....	55
<b>2.1. Da responsabilidade internacional dos Estados e as medidas reparatórias na Corte Interamericana</b> .....	55
<b>2.2. Da efetivação do dever de reparação segundo a Corte Interamericana</b> .....	61
<b>2.3. Fundamento normativo matriz e implementação das medidas reparatórias pela Corte Interamericana</b> .....	65
<b>2.4 Dos princípios informadores das medidas reparatórias adotados pela Corte Interamericana</b> .....	72
<b>2.5 Dos titulares e beneficiários das medidas reparatórias</b> .....	80
<b>2.6 Da tipologia e aplicação das medidas reparatórias segundo a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos</b> .....	87

<b>2.6.1 Da restituição.....</b>	<b>91</b>
<b>2.6.2 Da reabilitação .....</b>	<b>97</b>
<b>2.6.3 Da satisfação .....</b>	<b>101</b>
<b>2.6.4 Garantias de não-repetição .....</b>	<b>109</b>
<b>2.6.4.1 Do controle de convencionalidade e das reformas legislativas .....</b>	<b>111</b>
<b>2.6.4.2 Das reformas estruturais e programas de capacitação.....</b>	<b>128</b>
<b>2.6.5 Do dever de investigar, processar e, se for o caso, punir os responsáveis por violações de direitos humanos.....</b>	<b>132</b>
<b>2.6.6 Da Indenização .....</b>	<b>137</b>
<b>2.6.6.1 Da indenização por danos materiais .....</b>	<b>142</b>
<b>2.6.6.2 Da indenização por danos imateriais .....</b>	<b>147</b>
<b>2.6.7 Dos custos e despesas processuais.....</b>	<b>151</b>
<b>2.6.8 Do pagamento.....</b>	<b>154</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>157</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>161</b>